



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1009696-04.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Acidente de Trânsito**
 Requerente: **Natan Leão Narseleri**
 Requerido: **'MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Ação de Reparação de Danos, movida por Natan Leão Narseleri contra o Município de São Carlos, alegando que é proprietário do veículo Honda Civic LXS, placas NOM-9286 e, no dia 22 de março de 2017, trafegava com ele pela via pública, na Avenida João de Lourenço de esquina com a Rua Bruno Lazarini, nesta cidade de São Carlos/SP, tendo sido surpreendido por um buraco, na via e pelo grande fluxo de veículos, não conseguiu dele desviar e acabou por nele cair e danificar seu veículo. Aduz ainda que devido ao fato narrado acarretou ao autor abalo do seu estado psíquico, moral e intelectual. Requer, então, a condenação réu em danos materiais e morais.

A petição inicial veio acompanhada dos documentos de fls. 11/31

Houve concessão dos benefícios da gratuidade da justiça por intermédio da decisão de fls. 32.

Citado o Município apresentou contestação às fls. 38/61. Sustenta que, em casos como o narrado na inicial, a responsabilidade do Estado seria subjetiva. Questionou, ainda, os valores apresentados pelo autor, pois estão muito acima do valor de mercado. Afirma ainda que no boletim de ocorrência há a individualização dos danos sofridos, sendo danificado o pneu dianteiro esquerdo, no entanto, a parte está cobrando dois pneus. Impugna valores quantos aos danos morais. Com tais ponderações, requer a improcedência dos pedidos.

Houve Réplica fl. 73/88 rebatendo as alegações apresentadas do réu.

É o relatório.

Passo a fundamentar e a decidir.

Julgo o pedido na forma do art. 330, I do CPC, pois a prova documental é suficiente para a solução da controvérsia.

No mérito, o pedido merece parcial acolhimento.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

A responsabilidade civil do Estado baseia-se na teoria do risco administrativo e no art. 37, da Constituição Federal, segundo o qual as pessoas jurídicas de direito público respondem pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa. Assim, para obter a indenização basta que a vítima demonstre a ação ou omissão do estatal, o dano e o nexo causal entre este e o fato lesivo.

Se o dano decorrer de uma omissão estatal, a responsabilidade do Estado torna-se subjetiva, havendo necessidade de se perquirir a existência de culpa, pois somente a omissão do dever legal de impedir a ocorrência do dano tem o condão de ensejar a sua responsabilização. A culpa decorre do descumprimento do dever legal atribuído ao Poder Público de impedir a ocorrência do dano.

Nesse sentido é o ensinamento de Celso Antônio Bandeira de Mello: "[...] *quando o dano foi possível em decorrência de uma omissão do Estado (o serviço não funcionou, funcionou tardia ou ineficientemente) é de aplicar-se a teoria da responsabilidade subjetiva. Com efeito, se o Estado não agiu, não pode, logicamente, ser ele o autor do dano. E, se não foi o autor, só cabe responsabilizá-lo caso esteja obrigado a impedir o dano. Isto é: só faz sentido responsabilizá-lo se descumpriu dever legal que lhe impunha obstar ao evento lesivo*".

No caso em comento, a responsabilidade deve ser aferida pela identificação do elemento culpa, pois se imputa ao requerido omissão na manutenção da via pública.

É incontroversa a existência do buraco na via e a ocorrência do acidente, que danificou o veículo do autor. Conforme se observa das fotos, o buraco tinha razoável profundidade. Além disso, a sua existência não estava sinalizada, sendo que se localizava em avenida de grande fluxo da cidade.

De resto, ad *argumentandum tantum*, a existência de vários buracos nesta e em outras avenidas importantes de São Carlos é fato público e notório, que prescinde de prova (artigo 374, inciso I, do Código de Processo Civil).

O Boletim de Ocorrência (fls. 18/19) constata que o autor transitava com o seu veículo e veio a cair com o veículo em um buraco existente na via, sendo danificado o pneu dianteiro esquerdo.

A situação dos autos pode ser desagradável, contudo não é capaz de gerar indenização por danos morais, por se tratar justamente de aborrecimento e inconveniente da própria vida cotidiana.

Nesse sentido está consolidado o entendimento nos Tribunais Superiores:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

"O mero receio ou dissabor não pode ser alçado ao patamar do dano moral, mas somente aquela agressão que exacerba a naturalidade dos fatos da vida, causando fundadas aflições ou angústias no espírito de quem ela se dirige" (STJ - REsp 337771/RJ, rel. Min. Cesar Asfor Rocha, j. 16/04/2002)".

O dano material, porém, restou comprovado apenas ao dano em um dos pneus do veículo, por meio da juntada de fotos e Boletim de Ocorrência, realizados logo após o acidente.

Afim de não gerar enriquecimento ilícito, para efeitos de condenação, será considerado valores apresentados pelo autor na nota fiscal fl.(20/21), com a base do valor unitário de um pneu.

Ante o exposto, julgo extinto o processo, com resolução do mérito e parcialmente procedente o pedido, para o fim de condenar o réu a pagar ao autor o valor de R\$ 546.00 (quinhentos e quarenta e seis reais), corrigido, a partir da data do pagamento do serviço, pela "Tabela Lei Federal nº 11.960/09 Modulada", com incidência de juros a contar da citação, nos termos da Lei 11.960/09.

Diante da sucumbência, arcar o réu, com os honorários advocatícios, que fixo em 10% sobre o valor da condenação.

Int.

São Carlos, 20 de outubro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**